

XIV Encontro Nacional de Economia Política (ENEP)

Área 1 Metodologia e História do Pensamento Econômico

Subárea 1.1 Metodologia e Caminhos da Ciência

O princípio de racionalidade (PR) da análise situacional (AS) de Karl Popper: Um resgate da contribuição ética de Amartya Sen

Solange R. Marin¹

Resumo: O objetivo do artigo é incluir uma avaliação ética, especialmente no que se refere ao princípio de racionalidade da análise situacional de Karl Popper. A tentativa compreende o trabalho de discutir uma solução ética e moral para a análise econômica-social proposta por Popper, usando a contribuição de Amartya Sen no tocante à inclusão desses assuntos no âmbito da economia tradicional. Para tanto, o artigo apresenta que a análise situacional proposta por Popper tem sido criticada por sua não inclusão de elementos éticos (seção 1), mostra argumentos de Sen para a relação entre economia e ética (seção 2), discute que essa ligação implica tratar do conceito de racionalidade usado na Economia tradicional (seção 3) e apresenta um princípio de racionalidade mais amplo, que considere as questões éticas, e que possa ser usado nas mais diversas análises da economia, sem, contudo, ser considerado uma suposição comportamental *a priori* verdadeira (seção 4).

Palavras-chave: princípio de racionalidade, Karl Popper, Amartya Sen, ética.

Abstract: The aim of this paper is to include an ethical evaluation, especially in relation to rationality principle of Karl Popper's situational analysis. The attempt comprehends to discuss an ethical and moral solution to Popper's social economic analysis proposal, using Amartya Sen's contribution that brings these issues into traditional economics. The paper presents that Popper's situational analysis has been criticized because your lack of ethical elements (section 1), shows Sen's arguments about the relationship between economics and ethics (section 2), emphasizes that this link between economics and ethics requires to discuss the concept of rationality used in traditional economics (section 3) and presents a wide rationality principle which takes into account ethical questions and can be used in different analyses of economics without to be considered an *a priori* true behavioral assumption.

Key-words: rationality principle, Karl Popper, Amartya Sen, ethics.

Introdução

A lógica da situação estritamente econômica, como apresentada nos diferentes modelos da economia tradicional, não pode ser considerada coerente com a análise da situação “social-econômica” apresentada por Karl Popper. A proposta de Popper tem como base um princípio de racionalidade que não é *a priori* verdadeiro, nem assume uma única racionalidade do indivíduo, possibilitando, assim, a inclusão de questões éticas. O argumento é que a análise da situação social-econômica, ao não estar baseada numa única noção de

¹ Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas, UFSM/RS.

racionalidade individual, poderia ser enriquecida com a tentativa de resgatar a moral para o discurso da economia, tal como elaborado por Amartya Sen.

O objetivo do artigo é incluir uma avaliação ética, especialmente no que se refere ao princípio de racionalidade da análise situacional (AS) de Popper, para ser melhor aproveitada na Economia. A tentativa compreende o trabalho de discutir uma solução ética e moral para a análise econômica-social proposta por Popper, usando a contribuição de Sen no tocante à inclusão desses assuntos no âmbito da economia tradicional. A temática é que o princípio de racionalidade (PR) na AS abre caminho para a inclusão de considerações éticas e morais nas análises econômicas. Essa inclusão seria por meio do alargamento do princípio de racionalidade, que por sua vez, não estaria restrito à definição de racionalidade como comportamento auto-interessado e otimizador, princípio usado, por exemplo, na teoria da escolha racional.

Esse alargamento do princípio de racionalidade está estritamente ligado ao como definir o comportamento humano na Economia. Daí a necessidade de considerar que o comportamento humano na Economia pode ser visto de diferentes formas conforme a situação estudada. Como a Economia não pode ficar restrita às análises que seguem única e exclusivamente a lógica de mercado, existe a necessidade de tratar a racionalidade individual por meio de considerações éticas, como é proposto por Amartya Sen em sua tentativa de ligar a análise econômica e a teoria moral.

O artigo busca propor uma AS mais ampla por meio de um princípio de racionalidade, ainda considerado como animador do modelo, que possa compreender uma definição de comportamento humano mais adequado ao que realmente ocorre na vida real das pessoas, o que viria a ser caracterizado como um princípio empiricamente testável, e não apenas uma suposição comportamental aceita *a priori*. Um apriorismo, aliás, que é refutado veementemente por Popper quando discute seu princípio de racionalidade como sendo um mecanismo animador do modelo de análise situacional e não uma definição de racionalidade humana.

A AS proposta por Popper tem sido criticada por sua não inclusão de elementos éticos (seção 1). Porém como proposta de modelo para as ciências sociais é imprescindível considerar a ética, principalmente quando se está interessado no comportamento humano. É relevante estabelecer o elo entre a economia, como ciência social, e a ética (seção 2), e discutir que essa ligação implica tratar do conceito de racionalidade usado na Economia tradicional, que muitas vezes é tomado como o próprio princípio de racionalidade popperiano (seção 3), bem como apresentar um princípio de racionalidade mais amplo, que considere as

questões éticas, e que possa ser usado nas mais diversas análises da economia, sem, contudo, assumir o formato de uma suposição comportamental *a priori* verdadeira (seção 4). Ao final são ressaltadas algumas considerações.

1. O Princípio da Racionalidade de Popper e seu Problema Ético

Popper sugere a análise situacional (AS) como o método que considera as condições iniciais típicas e uma lei universal de animação para analisar conjuntamente as ações humanas e as situações sociais². Popper (1979, p. 178) prefere a denominação “análise situacional” e não “lógica da situação”, pois a última pode sugerir uma teoria determinista da ação humana; está longe de sua intenção sugerir tal coisa. Popper (1994, nota 1, p. 181) comenta que ele considerou a “*logic of choice*” de Hayek e a “*logic of historical problem situations*” para compor a sua “*logic of the situation*”. A “*logic of situational choices*” não vê “escolha” numa forma determinística. O modelo explica a racionalidade da ação do indivíduo. Porém, tais modelos “*are the testable hypotheses of the social sciences; and those models that are ‘singular’, more specially, are the (in principle testable) singular hypotheses of history*” (Popper, 1992b, p.118).

O modelo da AS é mecânico, e o princípio de animação é puramente abstrato, ou seja, “*a rudimentary working mechanism*”. A AS leva em consideração os objetos físicos, certos objetivos e o conhecimento ou a informação sobre as instituições sociais que são relevantes para a situação. Em vista disso,

The logical investigation of the methods of economics yields a result which can be applied to all social sciences. This result shows that there is a purely objective method in the social sciences, which may well be called the method of objective understanding, or situational logic (Popper, 1992a, p. 79, grifos no original).

Para Popper (1992c, p. 83) esse método para as ciências sociais consiste em analisar a situação do indivíduo atuante no sentido de explicar a ação a partir da situação sem recorrer a outros meios psicológicos. A situação é analisada de tal forma que os fatores, de início aparentemente psicológicos (desejos, impulsos, recordações), se convertem em fatores situacionais. O indivíduo com esse ou aquele desejo se converte num indivíduo cuja situação corresponde a busca destes ou daqueles fins objetivos.

² Para uma maior discussão da lógica situacional de Popper na Economia ver Kerstenetzky (2006) e Marin (2008).

Além disso, as explicações produzidas pela análise situacional são reconstruções racionais e teóricas, super-simplificadas e, portanto, falsas. Mas, são racional e empiricamente passíveis de crítica e de aperfeiçoamento. A análise situacional supõe um mundo físico, mas também um mundo social, dotado de outros indivíduos, sobre cujos objetivos sabemos alguma coisa, e de instituições sociais que determinam o caráter social do nosso meio social (Popper, 1992c, p. 83-4).

Popper (1966, p. 97) prefere considerar a lógica da situação social, rejeitando a redução a leis gerais da natureza humana, uma vez que “*our actions are to very large extension explicable in terms of the situation in which they occur*”. Ele não nega o papel dos aspectos psicológicos (tais como os motivos), apenas argumenta a impossibilidade de incluir todos eles na descrição da situação na qual a pessoa se encontra. Além disso,

... when we speak of ‘rational behavior’ or of ‘irrational behavior’ then we mean behavior which is, or which is not, in accordance with the logic of situation. In fact, the psychological analysis of an action in terms of its (rational or irrational) motives presupposes – as has been pointed out by Max Weber – that we have previously developed some standard of what is to be considered as rational in the situation in question (Popper, 1966, p. 97).

O método da AS utiliza o princípio de racionalidade – “*the various persons or agents involved act adequately, or appropriately – that is to say, in accordance with the situation*” – como uma lei de animação (Popper, 1994, p. 169). Para Popper (1985), o princípio de racionalidade é uma consequência do postulado metodológico de que deveríamos concentrar os esforços teóricos na análise da situação: o modelo por ele mesmo. Sendo assim, o princípio de animação se transforma em uma espécie de “princípio zero”, porque ele pode ser formulado assim: tendo construído o nosso modelo, supõe-se que os atores atuem dentro dos limites do modelo, ou que funcionem segundo o que está implícito na situação.

Esse princípio é um resultado do modelo, seu subproduto, e não uma teoria explanatória empírica, como são os modelos; é somente um elemento do método geral da AS (Popper, 1994, pp. 171-2). As teorias ou hipóteses explicativas empíricas são nossos diferentes modelos, nossas várias análises situacionais (Popper, 1985, p. 386).

Popper (1985) ainda afirma que o princípio de racionalidade não desempenha o papel de uma proposição empírica ou psicológica, e não se trata de um tema em si mesmo de nenhuma classe de provas. Se as provas, quando disponíveis, são utilizadas para provar um modelo particular – uma análise situacional particular – de que o PR é apenas parte, então, mesmo que uma prova decida que certo modelo é mais apropriado que outro, lembrando que ambos estão operando com o mesmo PR, não se terá a oportunidade de colocar a prova o PR. Essa consideração faz com que as interpretações do PR aleguem que ele é *a priori* verdadeiro.

Porém, Popper (1985) enfatiza que o PR é claramente falso, ainda que em sua formulação mais débil, de princípio zero, que pode ser expressa: os agentes sempre agem de maneira apropriada à situação na qual se encontra. Popper vai além e apresenta o argumento de que é possível ver que isso nem sempre é verdade, e usa o exemplo de um motorista nervoso que tenta estacionar seu veículo onde não existe espaço disponível para mostrar que nem sempre as pessoas agem de acordo com o PR.

Além disso, Popper destaca as *diferenças pessoais* não somente em termos de conhecimentos ou habilidades, mas também ao avaliar e entender a situação. Algumas pessoas agirão apropriadamente com a situação e outras não, isto é, “*the rationality principle is not universally true as a description of our ways of acting*” (Popper, 1994, p. 183, nota 19).

Popper (1985, p. 391) ressalta a necessidade de distinguir a racionalidade como atitude pessoal (que, em princípio, todos os homens são capazes de compartilhar) do princípio de racionalidade. A primeira, como atitude pessoal, é a atitude de estar disposto a discutir as próprias crenças e corrigi-las no debate crítico com outras pessoas.

Por outro lado, o princípio de racionalidade não tem relação com a suposição de que os homens são racionais no sentido de que sempre adotam uma atitude racional³. É um princípio mínimo – supõe a adequação da ação da pessoa frente ao problema situacional que ela se encontra, tal qual ela o enxerga – que anima todos ou quase todos os modelos situacionais explicativos. Ainda que sabemos que este princípio não é verdadeiro, não existe razão para não considerá-lo uma boa aproximação da verdade. Sua adoção reduz a arbitrariedade dos modelos; uma arbitrariedade que, certamente, se “*vuelve caprichosa si intentamos proceder sin este principio*” (Popper, 1985, p. 392).

Popper ainda conecta a AS com a discussão crítica de teorias – o método crítico; é possível discutir criticamente os modelos como simplificações da realidade⁴. Não é possível assegurar qual modelo seria mais adequado, mas podemos escolher, entre aqueles em competição, o que se aproxima da verdade. Uma boa política é o teste do modelo, e não do princípio de racionalidade, pois o modelo é “*far more interesting and informative, and far better testable, than the principle of the adequacy of our actions*” (Popper, 1994, p. 178).

A proposta de um modelo para as ciências sociais empreendida por Popper, contudo, não discute como ela poderia ser usada da melhor maneira possível no âmbito das referidas

³ Ver também Lagueux (2004) para uma discussão sobre a necessidade de diferenciar o princípio de racionalidade da noção de racionalidade que tem progressivamente se tornado um componente padrão de qualquer modelo da microeconomia moderna.

⁴ Importante lembrar que para Popper o racionalismo crítico como decisão moral do cientista não pode ser substituída por uma teoria de racionalidade (Gattei, 2002).

ciências, com ênfase na Ciência Econômica. No entanto, é impossível negar a significância metodológica e filosófica do pensamento de Popper, uma vez que *“Popper’s philosophy is realistic: it aims to make the best of a difficult situation through the exercise of responsibility and autonomy”* (Wetters, 1996, p. 147).

Entretanto, Popper não empreendeu um maior esforço de discussão ética em sua proposta de modelo para as ciências sociais. Ou seja, a análise situacional carece da incorporação de elementos éticos, especialmente via princípio de racionalidade, que está estritamente ligado ao comportamento humano, ou ainda à questão “como devemos viver?”. Tudo isso levanta o tema de como a proposta da análise situacional de Popper poderia ser aplicada de forma frutífera nas ciências sociais, mais especificamente na economia.

Para Lagueux (1993), o texto de Popper (1967) sobre o princípio de racionalidade pode ser seriamente criticado pela pobre análise psicológica *“on which it relies at some crucial points but that it defends a much more plausible and coherent thesis than most commentators admit”*. Segundo o autor, falta uma análise psicológica: *“Popper does not seem ready to push the perceptual subjectivism any further and to include within what he calls “the situation” the way in which the agent could assess his own reaction”* (Lagueux, 1993, p. 471).

Para tanto, Wetters (1996, p. 519) destaca que algumas revisões seriam necessárias no trabalho popperiano. Primeiro, sua teoria não poderia ser lida de forma reducionista, isto é, pegar apenas um tema como o falsificacionismo e mostrá-lo como única e exclusiva contribuição de Popper para as ciências sociais⁵. Segundo, os elementos metafísicos das suposições universais e irrefutáveis sobre a racionalidade das ações dos indivíduos poderiam ser substituídos por teorias empíricas e testáveis da ação humana. Terceiro, os tipos de fatores usados para explicar os eventos sociais deveriam ser ampliados para além da ação racional dos indivíduos.

O objetivo do artigo não está voltado para a discussão da primeira e terceira revisão apontada acima por Wetters, mas se concentra na segunda, na possibilidade de considerar uma avaliação moral na AS por meio de um princípio de racionalidade diferente do comumente aceito nas análises econômicas, como sendo resultado da proposta de Popper de que os *indivíduos agem racionalmente* de acordo com a situação.

Como as análises econômicas são de tal forma modeladas única e exclusivamente para o mercado, a situação que geralmente se sobrepõe é a de agir da melhor maneira possível para

⁵ Para uma discussão mais ampla da contribuição de Popper para a economia ver Marin & Fernandez (2004) e Crespo (2004).

obter o máximo de “resultado econômico” – ação voltada aos resultados⁶. Não estão em discussão os fins em si mesmos, mas os meios para se obter o melhor ganho possível. Não que tal racionalidade econômica esteja inadequada para a presente situação. A questão que se interpõe é que as análises empreendidas na economia nem sempre refletirão tão única e exclusivamente a lógica de mercado. Existem vários exemplos de situações analisadas na economia, como por exemplo, questões ligadas à elaboração de políticas públicas na área de bem-estar social, que nem sempre refletem um agir voltado para a maximização do resultado, um caráter de ciência mais positiva do que normativa⁷.

O interesse, portanto, está em utilizar o resgate da moral e ética na economia empreendido por Amartya Sen para aprimorar o princípio de racionalidade da AS de Popper. Para esse objetivo, é necessário primeiramente estabelecer a relação, muitas vezes esquecida pelos economistas tradicionais, entre economia e ética.

Destacam-se, nesse ponto, o argumento de Hausman (1998) de que a economia é de grande interesse filosófico, porque suscita questões morais com relação ao bem-estar, justiça e liberdade, temas que por sua vez sugerem pontos concernentes à natureza da racionalidade.

Hausman & Mcpherson (1994) ressaltam que as teorias de racionalidade são normativas: prescrevem o que poderia ou não ser feito.

Rationality is a normative notion. One ought to be rational. One is foolish or mistaken if one is not rational. But it might reasonably be contended that rationality is not a moral notion. One can be a rational villain. What one ought rationally to do need not coincide with what one ought morally to do (Hausman & Mcpherson, 1994, p. 260)

Segundo Mackenzie (1893, p. 288), a ética está preocupada com o “*supreme human end*”. A ética, portanto, interessada nos fins e a economia preocupada com os meios. Além disso, ressalta que o lado teórico da economia sempre está largamente ocupado com as considerações sobre fatos e tendências, mas o lado prático vai além disso. Assim, estabelece a relação entre economia e ética ao ressaltar que “*unless the economist is to make his science*

⁶ Ver Robbins (1935 in Hausman, 1994) para quem “*economics is the science which studies human behavior as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses*”.

⁷ Hausman & Mcpherson (1994, p. 254) ressaltam primeiro que o comprometimento moral dos economistas sugere novas linhas de pesquisas e que não é por acaso, que aqueles que se identificam com o ideal socialista desenvolvam modelos de exploração e que outros que se identificam com o governo mínimo no mercado tenham explorado como *assignments of property rights can enable markets to overcome problems involving externalities, such as pollution*. Mais ainda, quando políticos e não-economistas pensam questões de bem-estar, eles empregam conceitos que não são facilmente incorporados na linguagem da teoria econômica tradicional. Se os economistas querem ajudar na formulação de políticas, eles devem ligar a teoria econômica com os conceitos morais que os *policy makers* usam. Para fazer isso, precisam tomar conhecimento de temas como necessidades, justiça, oportunidades liberdades e direitos. *Economists need to be aware of their understandable tendency to downplay moral distinction that don't translate into the preference-satisfaction framework of theoretical economics* (Hausman & Mcpherson (1994, p. 254).

very abstract, he has to deal with a number of questions which are not directly concerned with human motives at all (Mackenzie, 1893, p. 284).

O desafio não é demonstrar que economia e ética estão ligados, mas defender a possibilidade de separá-las e de levar adiante a ciência econômica como uma ciência social objetiva (Hausman & Mcpherson, 1994).

Para melhor estabelecer a relação entre economia e ética, apenas esboçada nos parágrafos anteriores, a próxima seção apresenta a contribuição de Amartya Sen.

2. Ética e Economia: A contribuição de Amartya Sen

Amartya Kumar Sen nasceu em Santineta, Índia, em 1933, e estudou na escola Visva-Bharati, fundada por Rabindranath Tagore. Lecionou na *Delhi School of Economics* e na *London School of Economics*, de 1971 a 1982. Foi professor de filosofia e economia em Harvard por mais de uma década. Recebeu seu ph.D. em 1959 no *Trinity College (Cambridge University)* com a tese sobre as escolhas de técnicas nas economias em desenvolvimento. Pode ser considerado a principal autoridade mundial em teoria da escolha social e Economia do Bem-Estar. No ano de 1998 foi condecorado com o prêmio Nobel de Economia devido fundamentalmente à sua mensagem de alerta quanto à importância das considerações morais necessárias à Economia do Bem-Estar.

A importância de Sen é indiscutível dentre os economistas pela aliança firme que estabelece entre o rigor e a relevância e, principalmente, pela tentativa de unir a análise econômica com a filosofia moral. Importante em todos os seus trabalhos é a sugestão de que a economia requer a consideração de valores individuais e sociais, o que, por sua vez, envolve discutir certos fundamentos dessa ciência tais como liberdade, racionalidade, escolha, e debate público. O objetivo de tal discussão não é apenas teórico, mas também prático. Ou seja, procura-se clarificar como é possível usar os argumentos da perspectiva normativa seniana, em termos de sua ampla estrutura conceitual, para complementar a proposta científica-social de Popper na forma da AS para as ciências sociais, mais notadamente para a economia.

Segundo Sen (1999c) a economia teve duas origens, uma ligada à ética e outra ligada à engenharia. Enfatiza, contudo, a impossibilidade de distanciamento da primeira uma vez que a economia está diretamente envolvida com o problema da motivação humana ligada à questão ética: como devemos viver?

A segunda das abordagens da economia ocupa-se de questões logísticas e de fins supremos e de questões como o que pode promover o “bem para o homem” ou o “como

devemos viver”. Os fins são dados, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingi-los. O comportamento humano baseia tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis (Sen, 1999c, p. 20).

Sen ressalta, no entanto, que essa abordagem foi proveitosa para economia uma vez que existem questões logísticas que requerem atenção e que podem ser tratadas com eficácia, mesmo “dentro do formato limitado de uma visão não ética estreitamente deduzida da motivação e do comportamento humano” (Sen, 1999c, p. 24). O que Sen quer destacar é que a economia, da forma como ela surgiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos.

No que se refere ao comportamento econômico e à motivação, na economia moderna, a suposição de comportamento racional tem um papel fundamental. “Supõe-se que os seres humanos se comportam racionalmente e, dada essa pressuposição especial, caracterizar o comportamento racional, nessa abordagem, não difere, em última análise, de descrever o comportamento real” (Sen, 1999c, p. 26).

Para Hausman & Mcpherson (1994) ao invés de definir o que é racional para depois caracterizar que o indivíduo é racional, a teoria tradicional afirma que as preferências das pessoas são completas e transitivas e que elas escolhem o que mais preferem. Permanece a identificação do real com o racional, sem nenhuma formulação particular, que é o reflexo do fato de que os economistas fornecem uma teoria das causas e conseqüências das escolhas econômicas das pessoas *e de suas razões*. “*For a theory that cites reasons automatically opens the possibility of evaluation and criticism*” (Hausman & Mcpherson, 1994, p. 258).

Sen (1999c) destaca a possibilidade de uma concepção de racionalidade admitir padrões de comportamento alternativos – se isso ocorresse, a suposição do comportamento racional sozinha não seria adequada para definir algum comportamento real “requerido”, mesmo se fossem especificados os objetivos finais e as restrições. Também alerta que a questão da identificação do comportamento real com o comportamento racional precisa ser distinguida da questão do conteúdo do comportamento racional propriamente dito. Essas duas questões são distintas, porém usadas de forma complementar na teoria econômica tradicional para caracterizar a natureza do comportamento real por meio de i) identificação do comportamento real com comportamento racional e ii) especificação da natureza do comportamento racional em termos muito restritos (Sen, 1999c, p. 28).

Sen (1987, 1991, 1998a, 1999a, 1999b, 2002) critica as diferentes interpretações da racionalidade na economia; elas refletem uma representação equivocada do comportamento humano, especialmente no que diz respeito às decisões econômicas. Segundo Sen (1998a, p.

28), são utilizadas pelo menos duas formas diferentes de explicar a racionalidade na economia. Uma delas vê a racionalidade como consistência interna de escolha e a outra identifica a racionalidade com a maximização do auto-interesse. A teoria da Escolha Racional, identificada com as duas formas anteriores, também se refere à maximização em geral (Sen, 2002, p. 21).

A abordagem da consistência interna de escolha avalia a relação entre escolhas em diferentes situações, comparando o que foi escolhido de diferentes “menus”, isto é, de diferentes conjuntos de alternativas disponíveis para escolha⁸. A característica definidora da consistência interna de escolha é a comparação de uma escolha com outra, e não com objetivos, valores, preferências ou qualquer outra variável que não seja a escolha em si mesma (Sen, 2002, p. 21). Porém, não é suficiente pensar em termos de uma correspondência entre as escolhas; as explicações das razões fundamentais (*rationales*) para tais escolhas, quando existem, se relacionam aos objetivos, valores, estratégias e etc, o que não pode ser entendido sem estudar o que subjaz a escolha em si mesma.

A segunda visão de escolha racional – maximização do interesse próprio – é entendida como uma herança de Adam Smith. Como nota Sen (2002, p.23), Smith não demonstrou o auto-interesse como uma explicação completa do comportamento individual. Smith não discutiu apenas a natureza das trocas mutuamente vantajosas, mas também o papel das considerações éticas no comportamento humano, centralizado na simpatia, particularmente no que se refere ao uso de normas comportamentais (Sen, 1987, p. 28).

Sen (2002, p.40) argumenta que a abordagem da maximização em geral, quando comparada com as duas formulações anteriores, é mais adequada para a caracterização da racionalidade. Porém, a racionalidade não pode ser inteiramente representada pela busca sistemática dos objetivos da maximização, uma vez que envolve a auto-reflexão (*self-scrutiny*) de tais objetivos.⁹ Conseqüentemente, a maximização, apesar de ser em parte necessária, é também uma caracterização insuficiente da racionalidade.

A teoria tradicional da escolha racional, ao ser interpretada como consistência interna de escolha ou maximização do auto-interesse, não apenas ignora a formação de valores sociais, mas é estreita na caracterização do comportamento do indivíduo. O interesse de Sen na formação dos valores sociais reside no fato de que as pessoas não participam de

⁸ Segundo Lagueux (2004, p. 39), consistência implica que agentes racionais, mais do que estarem comprometidos seu objetivo preferido a qualquer momento no tempo estão comprometidos em serem *consistent over time with previous choice they made in order to reach whatever objective they had*.

⁹ O alcance de nosso *self*, entendido como a capacidade de raciocinar e realizar auto-reflexão (*self-scrutiny*), não é limitado à maximização do auto-interesse. Em vista disso, Sen (2002, p. 33ff) apresenta a noção de *self* em termos do *self-scrutiny*.

movimentos coletivos pensando apenas na fatia que sobrar  para elas, senão que também podem ter “motivos nobres” para agirem coletivamente. Diferentemente da teoria da escolha racional, a formação de valores sociais para Sen apresenta uma natureza  tica e moral no sentido de que as pessoas agem (e decidem) por influência de diferentes motivações que não apenas o objetivo da maximização do auto-interesse.

A economia e a  tica estabelece relação próxima quando se discute temas como justiça e liberdade. O conceito de liberdade, por sua vez, liga-se ao de racionalidade que imediatamente   entendido como comportamento racional, especialmente na teoria da escolha racional tradicional. Cabe, portanto, uma discussão breve de como o comportamento é entendido no modelo da escolha racional para posteriormente apontar suas deficiências e a proposta enriquecedora de Sen.

3. A racionalidade restrita da teoria da escolha racional

Sen (1994) estabelece uma crítica   formulação da escolha racional na teoria tradicional, especialmente sob o formato da teoria dos jogos. Ressalta a necessidade de fazer a distinção entre escolha e bem-estar. Essa distinção está presente quando o comportamento é influenciado por outras motivações além da busca do próprio interesse. Tal argumento já era aceito por Adam Smith e até pelos pioneiros da teoria da utilidade: Mill, Jevons, Edgeworth e Marshall. Sen, portanto,   enfático ao afirmar a necessidade de considerar outros fatores na formulação da escolha racional¹⁰.

Segundo Fusfeld (1992), na teoria clássica (*mainstream*), os indivíduos racionais procuram otimizar. “*It is not based on empirical evidence, or on psychological analysis of behavior or on theory of action. It is found, instead, on the simple proposition that a rational individual, facing a choice between A and B, will choose the one that provides the greatest net benefits* (p.63). Porém, Fusfeld afirma que é incorreto definir racionalidade como otimização, porque ela é impossível em um mundo de incertezas, mudanças e imperfeições. Além disso, realça que a teoria geral da ação racional poderia incluir a proposição de que as escolhas são feitas em tempo real, envolvem um processo de aprendizado e lidam com o futuro incerto.

¹⁰ Para a discussão da racionalidade como consistência interna de escolha, ver Sen (1993). Seu argumento é que não existe forma de determinar se a função de escolha é consistente ou não “sem” se referir a alguma coisa externa ao comportamento de escolha – objetivos, valores ou normas.

Além disso, Furfeld (1992, p. 66) afirma “*choices made by individuals will reflect this self-conscious regard for others as a counterweight to action devoted to self-gratification*”. Atribui essa argumentação a Adam Smith, quem reconheceu devidamente a relevância das restrições morais e a preocupação com os outros “*to check the disruptive force of individual self-interest*”.

Becker (1993) argumenta que tem tentado afastar os economistas de suposições restritas sobre o auto-interesse, uma vez que comportamento é guiado por um conjunto de valores e preferências muito mais rico. Ainda destaca que a abordagem econômica pode ser usada em assuntos como discriminação contra minorias, economia do crime, teoria do capital humano e modelo econômico para a família. Por exemplo, na teoria do capital humano, as pessoas *racionalmente* avaliam os custos e benefícios da educação. Seria interessante, aqui, mencionar algumas palavras de Becker sobre seu próprio trabalho: “*my work may have sometimes assumed too much rationality, but I believe it has been an antidote to the extensive research that does not credit people with enough rationality* (Becker, 1993, p. 402).

No que se refere ao agir racionalmente, Becker (1993) ainda afirma que o modelo de escolha racional fornece a base mais promissora recentemente disponível para uma abordagem unificada para a análise do mundo social por pensadores de diferentes ciências sociais.

The analysis assumes that individuals maximize welfare “as they conceive it”, whether they be selfish, altruistic, loyal, spiteful. Their behavior is forward-looking, and it is also assumed to be consistent over time. In particular, they try as best they can to anticipate the uncertainty consequences of their actions. Forward-looking behavior, however, may still be rooted in the past, for the past can exert a long shadow on attitudes and values (Becker, 1993, p. 386).

Hollis & Sugden (1993) discorre sobre a origem da teoria da escolha racional e afirmam que a linha histórica remonta aos filósofos Platão, Aristóteles, passando por Hobbes, Hume (paixão) e Kant (razão) até chegar a Bentham e os utilitaristas. Para estes, os requerimentos de racionalidade são expressos no princípio de utilidade, *which appear or disappear of every action whatsoever, according to tendency which it appears to have to augment or diminish the happiness of the party whose interest is in question* (Hollis & Sugden, 1993, p. 4).

Ainda Segundo os autores, todos os desenvolvimentos na microeconomia desde os utilitaristas (Bentham), passando por Pareto, Samuelson (1947), Neuman (1947), Ramsey (1931), chegam a Savage (1954). Foi Savage quem afirmou as mais satisfatórias declarações sobre os fundamentos da teoria da escolha racional. Segundo Hollis & Sugden (1993, p. 6), Savage se preocupou com as implicações do raciocínio sobre o processo de decisão e seu

trabalho pode ser entendido como uma tentativa de estender os princípios da lógica “*by principles as acceptable as those of logic itself to bear more fully on uncertainty*”. Ainda, destaca-se que Savage não menciona desejos ou crenças, requer tão somente que a decisão de uma pessoa satisfaça certas condições de consistência mútua. Consistência demanda que a pessoa realize cálculos utilitários complicados, usando medidas de utilidade e probabilidade “*to work out the expected utility of each of the acts amongst which he has to choose*” (Hollis & Sugden, 1993, p. 7).

Assim, as escolhas são racionais em relação aos desejos ou preferências do agente fazendo a escolha: uma escolha pode ser racional somente para um agente particular. Porém, Hollis & Sugden (1993) afirmam que independentemente do que fornece significado ao comportamento, isto é uma questão de uma regra seguida em um contexto institucional, interação antecede analiticamente ação.

Uma das conclusões dos autores é que a teoria da escolha racional parece dispensar a filosofia moral e afirmam: “*the claim is false in any case, because the theory relies on assuming that agents are motivated by forward-looking reasons which refer only to the final consequences of acts*” (Hollis & Sugden, 1993, p. 33). Sugerem um resgate de Hume, para quem paixões não são reduzidas para preferências sobre resultados e de Kant, para quem razão não precisa ser escrava da paixão e agentes reflexivos podem repelir suas inclinações.

O argumento acima vem ao encontro da afirmação de Viskovatoff (2001) de que a filosofia da ação humeana de múltiplas paixões não foi a base para a economia, uma vez que essa ciência seguiu uma métrica única dentro do princípio de mercado, onde “*everything is exchangeable for everything else*”. A base para isso está no utilitarismo de Bentham, cuja ação baseada na paixão, que é guiada por prazer ou dor, foi matematizável por Jevons e Walras até a formulação de teoria de decisão de Savage e da teoria da escolha racional de Becker.

O importante é ressaltar que nesse desenvolvimento a noção de racionalidade passa a ser cada vez mais restrita. Como ressalta Viskovatoff (2001, p. 321), *what happened between Hume and Savage is that the meaning of rationality itself has shifted, so the rationality is now a matter not of one's reasoning (or lack thereof), but of the choices one exhibits*. E ainda,

The very cogency of the rationality concept of rational choice theory is based on the premise that, whatever reasoning did or did not go into the establishment of an agent's preferences, the preferences themselves are a sufficient basis upon which to build a norm of rational action (Viskovatoff, 2001, p. 326)

Segundo Vanberg (2004) é necessário fazer a distinção entre o princípio de racionalidade que é não refutável e *purely heuristic* e a hipótese de racionalidade que é

refutável. Com essa distinção em mente, argumenta que o modelo de Becker, inclusive em sua tentativa no texto do Nobel, não mostra grande poder explanatório, mas que “*the assumption of individual rationality is specified in a way that makes it undistinguishable from the empirically empty rationality principle*” (Vanberg, 2004, p. 7).

Vanberg (2004) ainda ressalta a existência de duas razões para que os economistas sejam fiéis ao paradigma da escolha racional. A primeira é a razoabilidade intuitiva da noção de escolha racional e a segunda é que os economistas parecem ter medo de permitir que as complexidades da psicologia humana tenham papel explanatório e poderiam retirar deles a possibilidade de explicar a ação humana em termos de uma teoria unificada. Mas,

As economics is developing into a general social science, applicable to the non market as well as to the market realm, and it aims at explaining political and institutional phenomena no less than market behavior, it can no longer avoid facing the challenges that come with adopting a more complex behavioral paradigm (Vanberg, 2004, p. 21).

A evolução da teoria da escolha racional desde os pensadores gregos até os desenvolvimentos mais recentes mostram que o que é chamado por teoria da escolha racional tem como a caracterização da racionalidade de escolha como maximização do auto- interesse. É essa caracterização restrita que é o foco do artigo, uma vez que não corresponder nem mesmo com o princípio de racionalidade proposto por Popper. O PR de Popper, por não se caracterizar uma teoria de racionalidade individual nem uma suposição comportamental *a priori* verdadeira, abre caminho para a inclusão de elementos éticos, como será discutido na próxima seção.

4. Um PR mais amplo: comprometimento *versus* auto-interesse

Segundo Diesing (1950), os primeiros economistas utilitaristas, tal como Marshall, afirmam que a economia trata tão somente de motivos de ação que são passíveis de mensuração. Esses motivos são, na prática, aqueles conectados com o ganho de dinheiro e satisfação das necessidades materiais, “*the ordinary motives that govern men in the acts of everyday life*” (Diesing, 1950, p. 14). Até mesmo Keynes conseguiu estabelecer uma separação entre ética e economia ao assumir que as ações dos homens na esfera econômica são governadas pelo egoísmo e o economista tem que descrevê-las sem aprovação ou condenação (Diesing, 1950, p. 14).

Para Diesing (1950), a racionalidade econômica é uma norma racional *a priori* derivada do conceito de alocar meios escassos a alternativos fins. Porém, isso não se aplica a tipos concretos de ação, nem para todos os tipos de relação entre meios e fins. O autor ressalta que é necessário tratar de outras normas que limitam a racionalidade econômica, como por exemplo, as normas da sociedade como organização econômica, como organização política e ainda como relações sociais. Nesse sentido, o escopo da racionalidade econômica em uma sociedade e, com ela,

...the substantial rationality of society as an economy are maximized by separating the economy from the system of social relations. Each should perform the task it is most capable of performing, and thus the two will supplement each other. One way to do this is to improve social relations, according to the standard of moral rationality (Diesing, 1950, p. 26).

Para Viskovatoff (2001), existem dois tipos de atividades com respeito à racionalidade na Economia. Uma está presente nas análises dos economistas do *mainstream*, que enxergam o uso do que Popper (1985) denominou de princípio de racionalidade como central para a explicação em economia e *take rationality to come down essentially to optimization*. Outra está nas análises dos economistas não ortodoxos que tendem à visão que assume que as pessoas exibem a *full-blown rationality is of limited usefulness for economics, so that one should explain human behavior in terms of bounded rationality or of habits and rules instead* (Viskovatoff, 2001, p. 314).

O argumento de Viskovatoff (2001) é que o caminho para melhor se entender o processo de decisão humana não é admitir que os seres humanos sejam racionalmente limitados, mas reconhecer que os economistas estão trabalhando com um conceito errado de racionalidade.

Seguindo o argumento acima, ressalta a afirmação de Wash (1994, p. 405) de que “*self-interest is entitled to the honorable place with it has always held in the common moral consciousness; but it is not entitled to be transformed into the sole or dominant principle of human rationality*”. Ou seja, resgatando a noção de racionalidade econômica que trata da relação entre meios e fins no âmbito estritamente econômico, o estrito conceito de racionalidade humana como maximização de utilidade, guiado pelo auto interesse, parece ser satisfatório. Porém, acreditar que o auto-interesse é o único e dominante princípio da racionalidade econômica parece impor sérias limitações para as diversas situações tratadas pela Ciência Econômica.

Para Sen (1977), se for aceito que os indivíduos unicamente são racionais quando expressam seu interesse próprio, eles seriam nada mais do que tolos racionais (*rational fools*),

porque não saberiam agir em diferentes situações com distintos critérios, faltando-lhes liberdade de pensamento. O argumento principal de Sen, o qual ataca a estreita fundamentação comportamental da teoria econômica, é que alguns motivos, como o que ele define como compromisso ou comprometimento (*commitment*) – *the concern for other people's situation even when this would lead to a predictable worst situation for the person so concerned* – deveriam ser parte do comportamento econômico.¹¹

Descartar toda a motivação e valoração que não sejam de auto-interesse extremamente restrito é algo difícil de justificar com base na utilidade para fazer previsões, além de ter uma bem duvidosa sustentação empírica. Ater-se a esse caminho estreito não parece um modo muito acertado de fazer nosso trabalho (Sen, 1987, p. 95).

Sen (2002) enfatiza a relação entre a racionalidade e a diversidade de razões que motivam as escolhas individuais e sociais. Ou seja, racionalidade é caracterizada pela necessidade de submetermos nossas escolhas as demandas da razão, o que implica afirmar que o conceito de racionalidade precisa acomodar a diversidade de razões que podem motivar a escolha (Se, 2002, p. 5). Além disso, o indivíduo não se preocupa apenas com seu consumo ou seu próprio bem-estar, mas também considera seus valores e escolhe à luz deles (*ibid.*, p. 36). Mais ainda, o conceito que uma pessoa tem de seu próprio bem-estar pode ser influenciado pela posição de outras pessoas na sociedade, de maneira que se pode ir além de apenas se simpatizar com o outro; a pessoa pode agir por compromissos estabelecidos nos relacionamentos sociais com os outros.

Debatendo com a visão de que o ser humano age exclusivamente movido pelo auto-interesse, Sen destaca que o bem-estar dos outros também entra (ou podem entrar) nas considerações que levam as pessoas a agirem. Todavia, Sen (1999a, p. 91ff; 1999b, pp. 270-2; 2002, pp. 35-6) afirma que essa preocupação pode estar movida por duas atitudes distintas: a simpatia e o compromisso. A simpatia se refere à situação na qual o bem-estar da pessoa é afetado negativamente em vista da miséria e do infortúnio de uma outra pessoa, e pode ser acompanhado, por exemplo, pelo sentimento de depressão (Sen, 1999a, p. 8). Comprometimento, no entanto, quebra o *link* entre o bem-estar individual e a escolha da ação do próprio indivíduo; mostra a ação de uma pessoa para remover a miséria de uma outra, sem que o indivíduo que age esteja sofrendo pessoalmente diante de tal miséria. Se o que leva uma pessoa a reagir contra algo (como a tortura, a fome e a injustiça) é o fato de que esse algo a impede de dormir tranqüila ou de aproveitar a vida, ela agirá por simpatia. Todavia, se esse algo não afeta a própria pessoa, mas atinge seus princípios morais, ela agirá por

¹¹ Ver também Sen (1999b, pp. 270-272) onde ele apresenta uma argumentação sobre prudência, simpatia e compromisso.

comprometimento. Sen (1999a, p. 102) nota que o comprometimento está baseado em julgamentos morais, sendo relevante não apenas para observar a escolha real da pessoa, *refletindo* sua preferência, mas também para pensar sobre o papel da introspecção e da comunicação por meio da discussão pública ou da interação social.

Ainda nessa discussão sobre a importância das diferentes motivações das pessoas, Sen (2002, p. 33ff.) introduz o sentido de *self* em termos de auto-escrutínio. Sen acredita que o alcance da consciência de nós mesmos (*our self*), compreendido como a capacidade de raciocinar e empreender auto-reflexão (*self-scrutiny*), não se restringe à maximização do nosso auto-interesse. Uma pessoa não age apenas porque simpatiza com as outras, mas porque tem motivos não restritos ao seu próprio bem-estar. Ou seja, uma pessoa que age por comprometimento não é influenciada pelos efeitos negativos da situação de outra pessoa sobre o seu próprio bem-estar.

[Commitment] can, of course, reflect the denial of self-welfare goal, and indeed it is perhaps plausible to interpret in this way the example of a person acting to remove the misery of others from which he does not suffer himself [sympathy]. But commitment can also involve violation of self-goal choice, since the departure may possibly arise from self-imposed restrictions on the pursuit of one's own goals (in favor of, say, following particular rules of conduct) (Sen, 2002, p. 214).

Para Sen (2005), ninguém tem feito mais do que Gary Becker – um dos maiores gurus da disciplina da teoria da escolha racional – em ligar essa abordagem com as funções de utilidade que admitem a preocupação com os outros, acomodada dentro do conceito de auto-interesse ou *non-self-centered concerns*. Mas, isso não considera as razões que podem levar as pessoas a terem diferentes objetivos daqueles que elas vêem como seu próprio bem-estar, ou escolher o comportamento e conduta que vão além da busca dos próprios objetivos (Sen, 2005, p. 7).

O que Sen ressalta é a necessidade de considerar o comportamento compromissado, além do maximizador guiado pelo auto-interesse e ainda confirmar sua importância para a noção de racionalidade. O comprometimento é importante para a racionalidade porque i) o comportamento compromissado pode não ser coerente com a busca cruel de nossos próprios objetivos, e em particular de nosso próprio bem-estar¹² e ii) pode ajudar a explicar as muitas formas de comportamento que observamos e que são difíceis de encaixarem no formato estreito da teoria da escolha racional contemporânea. Para reforçar o argumento, ressalta-se:

¹² Destaca-se que a crença de que nós, agentes racionais e livres, somos capazes de ir além da busca exclusiva do bem-estar já foi debatida por clássicos como A. Smith (ações motivadas por prudência e simpatia). Tal motivação ética foi até reconhecida por alguns dos pioneiros da teoria utilitarista – Mill, Jevons, Edgeworth e Marshall (Sen, 2002).

“the importance of understanding the role of commitment in rationality applies to all behavioral ethics in general, as it does also to the conceptual clarification of the very idea of rationality and investigation of its implication for predicting behavior and action (Sen, 2005, p. 12).

Além disso, o conceito de bem-estar de uma pessoa pode ser influenciado pela posição de outras pessoas na sociedade, isto é, ela pode agir por comprometimento formado nas relações sociais. Sen (2002, pp. 215-7, 1998b, p. 04) enfatiza, conseqüentemente, o papel das diferentes identidades que *podem* influenciar nossa visão de nós mesmos e a forma pela qual entendemos nosso bem-estar, objetivos e obrigações comportamentais¹³. A busca de objetivos privados pode ser comprometida pelo reconhecimento dos objetivos de outras pessoas com quem nos identificamos. É possível, portanto, desconectar a escolha da ação da pessoa da perseguição exclusiva do objetivo próprio¹⁴, o que pode ser feito através de regras sociais de conduta que não seguem necessariamente as ordens do objetivo da maximização do auto-interesse.

A liberdade não pode ser plenamente entendida e avaliada sem alguma noção sobre o que a pessoa gostaria de ter ou tem *razão* para valorar (Sen, 2002, p.05). Isso está relacionado com o conceito de racionalidade entendido como o *uso* das diferentes razões que motivam a escolha – *reasoned scrutiny*. A racionalidade acomoda a *diversidade de razões* que podem motivar o ato de escolha da pessoa. Negar tal acomodação em favor de alguma visão esquemática de preferência ou de escolha envolveria uma negação da liberdade de pensamento ou da capacidade de deliberação da pessoa (Sen, 2002, p.6).

In evaluating freedom, I have been drawing on discriminations that reason allows us to make. Insofar as rationality can be seen as systematic use of reason, it is possible to argue that rationality is central to the understanding and assessment of freedom. (Sen, 2002, p. 19)

Além disso, existe a influência da formação de valores sociais sobre a preferência e a escolha individual. Para Sen (2002, p. 285), as demandas de racionalidade não precisam ser geradas a partir do uso exclusivo da motivação do auto-interesse. As preferências das pessoas podem não ser motivadas pela procura do interesse pessoal, mas pela necessidade de ajudar outras pessoas exercitarem suas próprias escolhas (Sen, 1993a, p. 528). Ou seja, as pessoas são capazes de julgar suas diferentes motivações e decidir com base nesse processo de

¹³ Davis (2003) propõe uma discussão ontológica para o âmbito da metodologia em Economia. O mérito da iniciativa de Davis é buscar na ontologia uma possível explicação para a ausência de uma teoria da identidade pessoal na Economia. Davis mostra que a teoria econômica falha na identificação do indivíduo e que ainda não foi desenvolvida uma teoria da identidade pessoal do agente econômico. Fica aberto por Davis esse fundamental campo de busca dessa identidade e, em decorrência, de um melhor entendimento da ação racional em Economia. Ver também Davis (2004) para uma discussão da importância normativa do indivíduo na economia usando o conceito de identidade pessoal.

¹⁴ Para uma discussão sobre a noção de comportamento compromissado de Sen e sobre o agir das pessoas segundo objetivos, ver Petit (2005).

deliberação. Em vista disso, a discussão pública assume importância não apenas para o desenvolvimento das preferências e para a formação de valores sociais, mas como uma parte importante da *democracia*. Todavia, existe uma

... tension with the assumption of universal self-centeredness, and presumably we do have the capacity - and often the inclination - to understand and respond to the predicament of others. There is a particular need in this context to examine value formation that results from public discussion of miserable events, in generating sympathy and commitment on the part of citizens to prevent their occurrence (Sen, 2002, 288).

O conceito de liberdade como oportunidades reais (capacitações) oferecidas para a pessoa, e a partir das quais ela escolhe *usando* suas várias razões – *reasoned choice* –, tem relação com a racionalidade. O que importa é a capacitação da pessoa para *usar* sua pluralidade de razões, o que é possível pelo entendimento da racionalidade como um processo de deliberação que as diferentes pessoas podem desenvolver no convívio social. Essa visão de racionalidade como capacidade de deliberar lembra a idéia de “*procedural rationality*” de Herbert Simon (1978), e em geral todas as discussões sobre retórica, nas quais o que caracteriza a racionalidade é a capacidade de argumentar e de ouvir argumentos alheios.¹⁵

Considerações Finais

Os modelos econômicos estão interessados em prever a situação social a partir de uma racionalidade humana fixada *a priori* e tomada como verdadeira. Porém, o modelo da análise situacional-econômica de Popper, baseado no princípio de racionalidade não verdadeiro *a priori*, busca a explicação dos fenômenos sociais a partir da situação na qual o indivíduo está agindo, sem, contudo assumir um único e determinado tipo de racionalidade individual.

A idéia da AS de Popper permite substituir a racionalidade do agente maximizador, que serve de princípio de animação dos modelos econômicos, por outros tipos de racionalidade que melhor refletem a ação conforme a situação. Quando Popper admite que seu princípio não caracteriza uma teoria de racionalidade humana e nem uma suposição de comportamento humano *a priori* verdadeira, é possível i) discutir o uso do PR “vazio” nas análises econômicas como definição de comportamento humano e ii) sugerir um PR “amplo” que possa a ter uma natureza mais empírica do que abstrata.

¹⁵ Para a discussão da *procedural rationality*, ver Simon (1978), *Rationality as Process and as Product of Thought*.

O trabalho de Sen de resgatar a moral para a economia permite justamente tratar do conceito de racionalidade de forma que este admita padrões de comportamentos alternativos que não apenas a maximização do auto-interesse. Mais ainda, Sen chama a atenção para o fato de a noção de racionalidade ter ficado cada vez mais restrita não caracterizando raciocínio via debate público, mas tão somente as escolhas realizadas pelo indivíduo. As preferências seriam, portanto, mais do que suficientes para construir uma norma de ação racional. Porém, a noção de racionalidade seniana permite considerar diferentes motivações e valorações inerentes à pessoa, seja nas suas escolhas econômicas ou sociais ou ainda nas suas diversas situações diárias.

Sen lembra que se os indivíduos fossem racionais apenas quando expressando o próprio auto-interesse, não saberiam agir em diferentes situações (econômicas e sociais) com diversos critérios, faltando-lhes liberdade de pensamento e capacidade de deliberação. Por isso, a importância das diferentes razões que motivam as escolhas individuais e sociais. A racionalidade requer que submetamos nossas escolhas às demandas da razão e ainda acomoda as distintas razões que motivam a escolha. O ser humano pode agir guiado pelo auto-interesse, mas também pelo comprometimento estabelecido nas relações sociais, já que estabelecem um convívio social com outras pessoas e não vive no mundo de Robinson Crusoe.

A AS pode incluir questões morais e éticas ao aceitarmos o princípio de racionalidade, como inicialmente proposto por Popper, já que abre caminho para a consideração de diferentes motivações e valorações quando do *agir* do indivíduo conforme as diferentes situações econômico-sociais. Porém, o novo princípio de racionalidade seria mais amplo no sentido seniano de definir racionalidade como um processo de deliberação que as diferentes pessoas desenvolvem no convívio social e que é responsável pela formação das motivações e valorações pessoais. Ou seja, a AS teria como base um princípio de racionalidade que não mais seria um “princípio zero”, mas sim um princípio que teria uma natureza mais empírica ao caracterizar o comportamento humano de forma mais real ao possibilitar que o *agir* seja motivado por diferentes razões que surgem no convívio social e nas diferentes situações sociais a que são expostos os indivíduos.

Ao invés de tomar como verdadeiro e indiscutível o princípio de racionalidade “vazio” nas explicações dos diferentes modelos econômicos, a economia enriqueceria suas análises se trabalhasse com o princípio de racionalidade que admitisse que “espertos comprometidos e racionais” (capazes de raciocínio, auto-reflexão e convivência social) e não “tolos racionais” (incapazes de raciocínio, auto-reflexão e convivência social) fossem os agentes nas diversas situações (econômicas e sociais) a serem explicadas.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Gary (1993). "The economic way of looking at behavior". *The Journal of Political Economy*, 101(3): 385-409.
- CRESPO, Ricardo (2004). "Los tres Popper de la economía". Congreso Filosófico Internacional Karl Popper: vigencia y transformación de su pensamiento, Facultad de Humanidades y Artes de Rosario (UNR), 03, 04 y 05 de junio, 2004.
- DAVIS, John Bryan (2003). *The Theory of the Individual in Economics. Identity and Value*. London: Routledge.
- DAVIS, John Bryan (2004). "The Normative Significance of the Individual in Economics". Trabalho apresentado no *Eleventh World Congress of Social Economics*, Albertville, France, 8-11, junho, 2004.
- DIESING, Paul (1950). "The Nature and Limitations of Economic Rationality". *Ethics*, 61(01):12-26.
- FUSFELD, Daniel (1992). "Rationality and Economic Behavior". *Methodus*, p. 63-68.
- GATTEI, Stefano (2002). "The Ethical Nature of Karl Popper's Solution to the Problem of Rationality". *Philosophy of Social Sciences*, 32(2):240-266.
- HAUSMAN, Daniel & MCPHERSON, Michael (1994). "Economics, rationality, and ethics", in Hausman, Daniel (ed.) *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 252-277.
- HOLLIS, Martin; SUGDEN, Robert (1993). Rationality in Action. *Mind*, 102(405):1-35.
- KERSTENETZKY, Célia (2006). "A Lógica da Situação". XXXIV Encontro Nacional de Economia, Salvador (Bahia), Disponível: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A001.pdf>. Acesso: 12/01/2006.
- LAGUEUX, Maurice (1993). "Popper and the Rationality Principle". *Philosophy of Social Sciences*, 23(04):468-480.
- LAGUEUX, Maurice (2004). "The forgotten role of the rationality principle in Economics". *Journal of Economic Methodology*, 11(1): 31-51.
- MACKENZIE, S. S. "The Relation between Ethics and Economics (1983). *International Journal of Ethics*, 3(3):281-308.
- MARIN, Solange R. & Ramón G. FERNÁNDEZ (2004). "O Pensamento de Karl Popper: as diferentes interpretações dos metodólogos da ciência econômica". *Análise Econômica*, 22 (41): 155-176.
- MARIN, Solange R. (2008). "A análise situacional de Karl Popper: alguma analogia com a lógica da situação na economia?". *Economia e Sociedade*, 17 (2): 81-102.

PETIT, Philip (2005). “Construing Sen on Commitment”. *Economics and Philosophy*, 21, p. 15-32.

POPPER, Karl (1966) [1945] *The Open Society and Its Enemies*. Vol. II. Princeton and New Jersey: Princeton University Press.

POPPER, Karl (1979) [1972]. *Objective Knowledge. An Evolutionary Approach*. Oxford: Clarendon Press.

POPPER, Karl (1985) [1967]. “El Principio de Racionalidad”. In: MILLER, David (ed.) *Popper Escritos Selectos*. México: Fondo de Cultura Económica.

POPPER, Karl (1992a) [1961]. *Search of a Better World. Lectures and essays from thirty years*. London: Routledge.

POPPER, Karl (1992b) [1974]. *Unended Quest. An Intellectual Autobiography*. London: Routledge.

POPPER, Karl (1992c). *Em Busca de um Mundo Melhor*. Lisboa: Fragmentos.

POPPER, Karl (1994). NOTTURNO M. A. (Ed.) *The Myth of the Framework. In defence of science and rationality*. London: Routledge.

ROBBINS, Lionel (1935). “The nature and significance of economics science”, in Hausman, Daniel (ed.) (1994). *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 83-110.

SEN, Amartya (1977). “Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory”. *Philosophy and Public Affairs*, 6(2): 317-344.

SEN, Amartya (1987). *On ethics and economics*. New York: Basil Blackwell.

SEN, Amartya (1991). “Economic Methodology: Heterogeneity and Relevance”. *Methodus*, pp. 67-80.

SEN, Amartya (1993). “Capability and well-being”, in M. Nussbaum & A. Sen (Eds.) *The Quality of Life*. Oxford: Oxford University Press, pp. 30-53.

SEN, Amartya (1994). “The formulation of Rational Choice”. *The American Economic Review*, 84(02):385-390.

SEN, Amartya (1998 [1984]). *Resources, Values and Development*. Cambridge: Harvard University Press.

SEN, Amartya (1999a [1982]). *Choice, Welfare and Measurement*. Cambridge, London: Harvard University Press.

SEN, Amartya (1999b). *Development as Freedom*. New York: Anchor Books.

SEN, Amartya (1999c). *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya (2002). *Rationality and Freedom*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

SEN, Amartya (2005). “Why exactly is commitment important for rationality”. *Economics and Philosophy*, 21, p. 5-13.

SIMON, Herbert (1978). “Rationality as Process and as Product of Thought”. *The American Economic Review*, 68(2): 1-16.

VANBERG, Viktor (2004). “The rationality postulate in economics: its ambiguity, its deficiency and its evolutionary alternative”. *Journal of Economic Methodology*, 11(1): 1-29.

VISKOVATOFF, Alex (2001). “Rationality as optimal choice versus rationality as valid inference”. *Journal of Economic Methodology*, 8(2): 313-337.

WALSH, Vivian (1994). “Rationality as Self-interest versus Rationality as Present Aims”. *The American Economic Review*, 84(2):401-405.

WETTERSTEN, John (1996). “New Problems after Popper”. *Philosophy of the Social Sciences*, 29(1):146-154.